Dados de renda, emprego e presença em cargos de chefia mostram que é grande a diferença entre os gêneros no mercado de trabalho brasileiro; especialistas explicaram que ocorre discriminação

No Brasil, mulheres ganham menos e são maioria entre os desempregados

DESIGUALDADE

Renato Ghelfi
São Paulo
renato.cortes@dci.com.br

A distância entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro ainda é grande: elas ganham menos, pagam mais impostos, são maioria entre os desempregados, minoria entre os que têm emprego e ocupam menos cargos de chefia.

De acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os salários dos brasileiros superam em 24% os ganhos mensais das brasileiras. E a disparidade do rendimento é apenas parte do problema.

"O que temos hoje, no mercado de trabalho, é um grande teto de vidro: as mulheres avançam até determinado ponto e, depois, não sobem mais", disse Marilane Teixeira, economista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A especialista explica que ainda existe discriminação por grande parte dos empregadores no País. Os empresários deixariam de contratar mulheres porque elas podem ter carreira "mais intermitente", precisando de mais tempo para lidar com atribuições familiares, filhos e demais tarefas domésticas.

As próprias brasileiras, inclusive, acabam buscando empregos mais flexíveis, "mais próximos de casa, ou que possam ser realizados em âmbito doméstico", para dar conta de funções não relacionadas ao emprego, complementou Teixeira.

Esses fenômenos serviriam também para explicar a baixa inserção feminina em cargos de chefia. Segundo pesquisa da Grant Thornton, apenas 15% dos cargos no topo das empresas são ocupados por mulheres no Brasil. O País ficou na antepenúltima posição entre as nações estudadas, atrás, entre outros, de Argentina (16%), Nigéria (21%), África do Sul (27%) e Rússia (40%).

No relatório que acompanha as estatísticas, os pesquisadores da Thronton ressaltaram que o baixo número de mulheres empregadas tem impacto econômico negativo para o desenvolvimento dos países. "Quando uma nação está empregando apenas a metade das pessoas mais talentosas, ela imediatamente corta seu potencial de crescimento".

Para Maria Aparecida Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), existe um "estereótipo de comando" nas empresas brasileiras. "Há uma ideia de que os postos mais elevados devem ser preenchidos por homens, em geral brancos. E isso acontece ainda que as mulheres tenham escolarização maior no Brasil".

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de mulheres que ingressam no ensino superior supera o de homens. Os últimos dados mostraram que o percentual médio de ingresso de alunas é de 55%. O índice é ainda maior entre os concluintes, alcançando 60%.

Impostos

No Brasil, o desenho do sistema tributário, que exige esforço maior de quem ganha menos, complica ainda mais a situação para as mulheres.

Teixeira lembrou que a distorção se deve ao peso dos impostos indiretos, "que recaem de maneira igual para quem tem salários altos e para quem tem salários menores". A pesquisadora concluiu: "cerca de 30% das mulheres recebem até um salário mínimo, dez pontos percentuais acima dos homens. Como elas ganham menos, acabam pagando, proporcionalmente, mais".

Os números de emprego também não favorecem as brasileiras. Segundo a PNAD, há 52,433 milhões de homens empregados no Brasil, ante 39,656 milhões de mulheres. Já entre os desempregados, elas são maioria: 4,601 milhões mulheres não encontram trabalho, situação vivida por 4,378 milhões de homens.

Soluções

A importância de políticas públicas para diminuir a distância entre os gêneros no mercado de trabalho também foi destacada pelas entrevistadas.

De acordo com as especialistas, é necessária uma agenda política que aborde a divisão de tarefas domésticas nas famílias, problema cultural que originaria a desigualdade entre homens e mulheres.

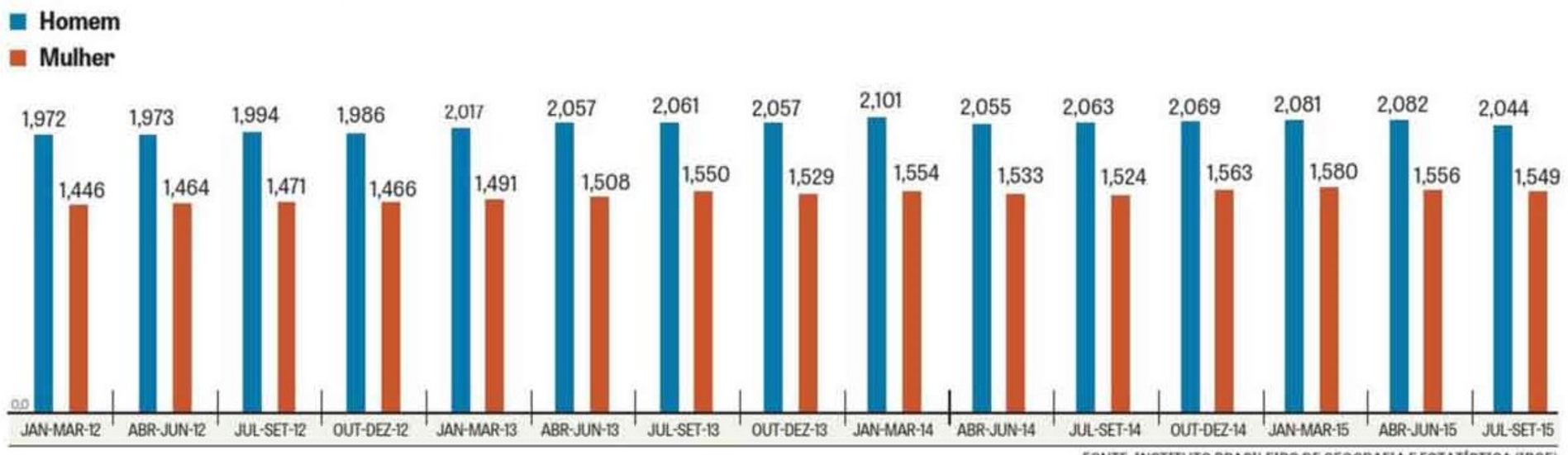
Outro possível atenuante seria a ampliação da quantidade de creches pelo País, insuficiente na maior parte das cidades brasileiras.

Também foi abordada a discussão sobre o possível aumento do tempo de trabalho necessário para que as mulheres possam se aposentar, equiparando a quantidade à estabelecida para os homens.

"Contando com as tarefas domésticas, as mulheres trabalham, em média, 6 horas a mais que os homens por semana, faz sentido que o tempo necessário [para se aposentar] seja menor", disse Teixeira.

DESIGUALDADE

Rendimento médio do trabalho principal de homens e mulheres no Brasil ▸ Em R$



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Balança tem superávit de US$ 1,2 bilhão

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 1,239 bilhão na primeira semana de março (de 1º a 6), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgados ontem.

O resultado positivo foi alcançado com exportações que totalizaram US$ 3,124 bilhões e importações no valor de US$ 1,885 bilhão.

No ano, a balança acumula saldo positivo de US$ 5,202 bilhões, resultado de exportações que somam US$ 27,714 bilhões e importações de US$ 22,512 bilhões.

Na primeira semana deste mês houve um crescimento de 1,2% nas exportações em relação a março de 2015, na comparação pela média diária. Houve crescimento na venda de produtos manufaturados (+15,6%, de US$ 296,9 milhões para US$ 343,3 milhões) e semimanufaturados (+3,6%, de US$ 111,9 milhões para US$ 115,9 milhões), enquanto caíram as exportações de básicos (-10,3%, de US$ 342,0 milhões para US$ 306,9 milhões), por conta, principalmente, de petróleo em bruto, minério de ferro, café em grão, farelo de soja e soja em grão.

Em relação a fevereiro, há um aumento de 11,2% nas exportações, reflexo da alta nos manufaturados (+17,7%, de US$ 291,7 milhões para US$ 343,3 milhões) e básicos (+11,1%, de US$ 276,1 milhões para US$ 306,9 milhões), contra queda nas exportações de produtos semimanufaturados (-3,5%, de US$ 120,1 milhões para US$ 115,9 milhões).

Nas importações, a média diária da 1ª semana de março (US$ 471,2 milhões) ficou 37,2% abaixo da média de março de 2015. Caíram as compras principalmente de siderúrgicos (-57,8%), veículos automóveis e partes (-53,4%), combustíveis e lubrificantes (-45,1%) e equipamentos eletroeletrônicos (-43,2%).

Medicamentos

Ontem também foi divulgado que uma portaria do Ministério da Fazenda, editada na semana passada, ampliou para US$ 10 mil o limite do valor das importações de medicamentos importados por pessoa física. A regra vale para consumo pessoal ou individual, mediante anuência do órgão de controle administrativo (Anvisa), com direito à alíquota zero do imposto de importação.

Até então, o valor livre de taxação era de US$ 3 mil. A elevação do teto do valor se deveu ao surgimento de muitos casos em que medicamentos importados dessa maneira superavam o limite, o que levava o contribuinte a recorrer à Justiça do Brasil. /Agências

5,2 bi

É o saldo positivo da balança comercial no ano até o dia 6 de março, resultado de exportações que somam US$ 27,714 bilhões e importações de US$ 22,512 bilhões

343 mi

Foi o resultado das exportações de produtos manufaturados na primeira semana de março, um crescimento de 15,6%, ante igual período de 2015

Preço para baixa renda cresce 0,73%

INFLAÇÃO

A inflação percebida pelas famílias de baixa renda registrou alta de 0,73% em fevereiro, ante alta de 1,91% em janeiro, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1) divulgado ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O indicador da FGV é usado para mensurar o impacto da movimentação de preços entre famílias com renda mensal entre um e 2,5 salários mínimos. Com o resultado, o índice acumulou alta de 2,65% no ano e avanço de 11,30% em 12 meses.

Cinco classes de despesa apresentaram decréscimo em suas taxas: Alimentação, Transportes Habitação, Educação, Leitura e Recreação e Vestuário. /Estadão Conteúdo